



INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

**XXI Conferência da Associação de  
Supervisões de Seguros Lusófonos**

7 DE JULHO DE 2017, HOTEL RITZ

Senhor Presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros  
e Fundos de Pensões,

Senhor Presidente da Associação Portuguesa de  
Seguradores,

Senhor Presidente da Associação Portuguesa de Fundos de  
Investimento, Pensões e Patrimónios

Minhas senhoras e meus senhores,

Agradeço a oportunidade para dirigir umas breves palavras  
no encerramento desta conferência, integrada na 14.<sup>a</sup>  
Assembleia Geral da Associação de Supervisores de



Seguros Lusófonos, que este ano se realiza em Lisboa, desejando que os trabalhos da conferência e da Assembleia Geral tenham sido muito produtivos.

Começo por apresentar os meus cumprimentos à Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos e a cada um dos seus membros, em particular a todos os representantes dos supervisores de seguros que nos visitam e que recebemos com muita estima.

Esta conferência tratou temas muito diversos, certamente com muita qualidade e profundidade. Não vou ter a possibilidade de abordar todos mas gostaria de deixar a visão do Governo português relativamente a alguns deles.

Começando pela **literacia financeira**, é absolutamente essencial e determinante que os clientes tenham a capacidade de compreender os benefícios e os riscos



associados aos produtos que adquirem, por forma a tomarem decisões adequadas às suas condições e necessidades individuais.

O setor segurador é, atualmente, um setor fortemente regulado. Contudo, as exigências regulatórias que se impõem a este setor continuam a aumentar: o pacote da Solvência II foi um momento marcante continuado na Diretiva relativa à distribuição de produtos de seguros ou o Regulamento relativo às informações-chave sobre pacotes de produtos de investimento de retalho e de produtos de investimento com base em seguros.

Assim, o Governo tem em preparação diversos diplomas sobre matérias de conduta de mercado e de proteção dos consumidores, seguindo o desenvolvimento destas matérias pela legislação europeia, e que deverão estar concluídos entre o final deste ano e o início do próximo.



Mas sabemos que a lei não resolve tudo. Nesse sentido, saúdo o trabalho que tem sido desenvolvido, em particular pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, e também pela Associação Portuguesa de Seguradores. Apelo ainda para que os vários intervenientes continuem a agir de forma articulada, colaborando em projetos e iniciativas conjuntas, por forma a unir esforços e a obter os melhores resultados.

No que respeita aos **mercados lusófonos de seguros**, saliento a importância que a comunidade dos países lusófonos pode desempenhar para a dispersão e diversificação geográfica das carteiras de investimento das empresas de seguros e fundos de pensões, no sentido de mitigar o seu risco global.

Sublinho também as oportunidades existentes na internacionalização e na abertura das empresas de seguros



e de fundos de pensões a novos mercados, seja diretamente, seja em parceria com empresas locais. Esta desejável maior integração dos mercados lusófonos depende do estabelecimento de níveis regulatórios e de supervisão equivalentes nos vários países, assim como no fortalecimento dos mecanismos de cooperação e troca de informações entre os supervisores de seguros.

Em Portugal, a função pública de regulação do setor segurador encontra-se atribuída a uma entidade administrativa independente, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. O setor segurador português tem demonstrado uma resiliência notável em anos recentes e a atividade da ASF tem contribuído para essa estabilidade. O exercício das funções de regulação, supervisão, fiscalização e sanção, pela ASF, deverá continuar a basear-se numa atuação previsível, assente em



regras claras, sem deixar de ser preventiva e interventiva, quando necessário.

Permitam-me agora que me detenha um pouco mais no tema da **poupança entre o investimento e a reforma.**

A poupança é um tema essencial para a economia portuguesa. O crescimento económico depende de investimento, o investimento depende de financiamento e este, entre outras fontes, depende da poupança. O setor segurador deve assumir um papel relevante na promoção, captação e canalização da poupança, tenha esta como finalidade o investimento ou a reforma.

Com efeito, a captação de poupança pelo setor segurador e de fundos de pensões é fundamental para prevenir ou reduzir a acumulação excessiva de riscos nos setores bancário ou do mercado de capitais. Assim se evita a



acumulação de riscos sistémicos em qualquer um daqueles setores, dando um inestimável contributo para a estabilidade financeira.

A capacidade de captação de poupanças pelo setor segurador e dos fundos de pensões depende, em primeiro lugar, da oferta de produtos diversificados e competitivos, que responda aos interesses e à procura dos clientes, tanto aqueles que procuram soluções de investimento, como aqueles que procuram soluções de complemento de reforma.

Por outro lado, é ainda importante que esses produtos mereçam a confiança dos clientes, sendo indispensável assegurar mecanismos de proteção das poupanças aplicadas em produtos regulados, sujeitos a regimes regulatórios claros e proporcionais.



Por outro lado, o setor segurador desempenha um papel importante na aplicação da poupança captada. As entidades do sector segurador e dos fundos de pensões são alguns dos mais importantes investidores institucionais e, por esse motivo, desempenham um papel relevante na dinamização da economia.

O investimento realizado por entidades do setor segurador e fundos de pensões em ativos, com liquidez e rentabilidade, localizados em Portugal, é uma prova da confiança na economia nacional. Destaco, em particular, o investimento realizado em dívida pública portuguesa, que expressa o contributo do setor segurador e de fundos de pensões para o financiamento da República e expressa a confiança na economia nacional e nas contas públicas.

Em suma, o investimento desempenha um papel essencial na estratégia de crescimento económico definida pelo





Governo e esse investimento deve ser financiado por mais poupança.

Em Portugal, temos atualmente uma taxa de poupança historicamente baixa que, como referi, prejudica as condições de financiamento, o investimento e o crescimento económico.

O Estado tem um papel relevante nos vários elementos desta equação. Nestes quase 20 meses de mandato deste Governo, agimos e temos resultados.

Desde logo, o Governo está empenhado em contribuir para o aumento da taxa de **poupança** através de uma forte política de promoção do emprego, que já apresenta resultados positivos. No mercado de trabalho, tem-se verificado um aumento da população ativa, uma redução



do desemprego – em maio existiam menos 90 mil pessoas desempregadas – e um aumento do emprego – mais de 140 mil.

O aumento da taxa de poupança faz-se também através do aumento do rendimento disponível das famílias. No último ano, os portugueses viram a sua massa salarial crescer cerca de 6%, à qual se somou a ligeira redução da carga fiscal.

No que respeita ao **financiamento**, o Governo tem desenvolvido um esforço sério e determinado para otimizar a eficiência da despesa pública, que permita reduzir essa despesa e diminuir as necessidades de financiamento.

No que respeita ao **défice**, a saída de Portugal do Procedimento por Défices Excessivos marca uma viragem



que expressa a avaliação evidente e inequívoca de que o défice orçamental foi corrigido de forma sustentável e duradoura.

Relativamente à execução orçamental deste ano, verifica-se um aumento das contribuições sociais em 5,5% e da receita fiscal bruta em 6,1%, o que permite reafirmar com segurança o compromisso de alcançar este ano um défice de 1,5% e um excedente primário de 2,7%.

Estes resultados orçamentais permitem, ainda este ano, uma inflexão na trajetória da dívida pública, que já foi determinante para a melhoria das perspetivas do rating da dívida da República, por parte da Fitch.

Estes elementos têm sido também essenciais para melhorar as condições de **investimento**, que está a subir



15,5%, crescendo mais de 40% no setor local e perto de 20% na administração central do Estado.

Destaco, em particular, o investimento efetivamente realizado no setor bancário, onde se assinala a entrada de capital, das mais variadas origens, nos maiores bancos privados em Portugal, e também a entrada de capital, pelo Estado, no banco público.

Por último, verificam-se já bons resultados no **crescimento económico**. Portugal voltou a convergir com a União Europeia, o que não acontecia desde 2009, e o Banco de Portugal estima que o PIB cresça ao maior ritmo desde 2000. Este crescimento deverá sofrer um novo impulso, baseado no desempenho positivo das exportações e do investimento, bem como no dinamismo do mercado de trabalho.



Em conclusão, podemos hoje olhar com otimismo para as nossas finanças públicas e para a nossa economia. O Governo tem trabalhado no sentido da recuperação de rendimentos, porque esta promove o aumento da poupança e o crescimento económico, com resultados que já são visíveis.

O trabalho não está terminado mas o Governo está preparado, determinado e tem capacidade para continuar a responder às expectativas dos portugueses e de todos aqueles que veem em Portugal uma oportunidade para viver, trabalhar, investir ou desenvolver a sua atividade.

O setor segurador e de fundos de pensões é um parceiro fundamental em diversos momentos deste caminho, e o Governo conta com a colaboração do setor na identificação de novos caminhos e soluções.



O Governo continua a ser parceiro de boas iniciativas e está disponível e interessado em continuar a colaborar com as autoridades de supervisão e com as entidades do setor segurador e dos fundos de pensões naquilo que são os objetivos comuns de um desenvolvimento económico sustentado e duradouro.

Muito obrigado.